

FUNÇÕES E SIGNIFICADOS DE CRECHE EM CONTEXTO DE EXCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CRECHE DA PERIFERIA DE SALVADOR

Maurícia Evangelista dos Santos¹

RESUMO: *Este trabalho tem como objetivo analisar, à luz de uma investigação empírica, as funções e significados sociais de uma creche pública localizada na periferia de Salvador. Discute-se como esta instituição contribui para a construção de práticas produtoras ou reprodutoras de desigualdades sociais a partir de suas atribuições de cuidado e educação e de um diálogo entre marcos históricos, documentos legais e reflexões contemporâneas sobre Educação Infantil. A opção metodológica é por um estudo de caso com inspiração etnográfica. Constituem-se sujeitos da pesquisa, educadoras, funcionários e gestores da instituição, famílias e membros da comunidade atendida pela creche. As informações foram coletadas através de entrevistas, observações e questionários. Os resultados obtidos evidenciam que a creche cria e reproduz práticas geradoras de desigualdades sociais através da nítida predominância das funções de cuidado e assistência, em detrimento das ações educativas e pedagógicas. Além disso, as ações da instituição extrapolam suas funções oficiais, o que ao mesmo tempo contribui para uma avaliação positiva da comunidade em relação à instituição e para a despolitização e a tutela da população atendida.*

Palavras-chave: Creche; Cuidado; Educação; Desigualdades sociais; Estado.

É notável como as questões tangentes à educação infantil têm ganhado cada vez mais destaque nos meios acadêmicos, refletindo assim interesses não só de educadores como também de sociólogos, historiadores, psicólogos, entre outros. Isto evidencia a preocupação em se analisar a maneira como vem evoluindo esta etapa da educação, sua função e relevância na história política, social e educacional do país.

Historicamente as creches nascem com o objetivo central de abrigar e proteger os filhos de trabalhadores e trabalhadoras das classes baixas, com o intuito também de afastá-las “da rua, do trabalho servil, contribuindo para a diminuição da taxa de mortalidade infantil – visavam, primordialmente, beneficiar as populações mais carentes e a sociedade em geral”. (CUNHA, CARVALHO, 2006).

Sabe-se também que as creches públicas, quando situadas em ambientes urbanos pobres, constituem-se como o principal espaço de atendimento em período integral que as crianças oriundas de família de baixa renda têm acesso. Com base na conjunção de todos estes fatores, torna-se imperativa a necessidade de investigar se as creches são capazes de propiciar mudanças sociais na vida dos sujeitos que se beneficiam dos seus serviços ou se se constituem como lócus de implementação de práticas geradoras ou mantenedoras de desigualdade social.

É com base neste questionamento e na idéia de que o número de pesquisas na área de educação infantil tem aumentado de maneira significativa nas últimas décadas, apresentando resultados alarmantes sobre a real situação da Educação Infantil em nosso país, (CERISARA, 2002; CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA 1992; MOSS 2000; SOUZA & KRAMER, 1991; KRAMER, 1991, 1982; ROSEMBERG, 1989, 1994, 1985, 1998, 2000; ROSSETTI-FERREIRA, RAMON, SILVA, 2002; HADDAD, 1991; DIDONET, 2001; OLIVEIRA, 1994;

¹ Estudante do Curso de Pós-Graduação em Educação e Pluralidade da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

KUHLMANN Jr. 1991, 1998, 2000), que este estudo se propõe a analisar como as comunidades externas (famílias) e internas (educadores e gestores) de uma creche da periferia de Salvador podem contribuir para a construção de práticas que sejam produtoras ou reprodutoras de desigualdades sociais a partir de suas atribuições de cuidado e educação. Nesse sentido o trabalho coloca em discussão a complexidade das inter-relações entre comunidade, instituição educativa e Estado em contextos de exclusão social acentuada.

Discutir a relação entre Estado e instituições educativas para a infância exige problematizar toda a rede de proteção social que envolve o atendimento à criança nos primeiros anos de vida.

A família, escola, instituições de saúde e de assistência social e políticas de inserção profissional dos adultos se articulam e definem diferentes atribuições a cada uma das instituições. A qualidade da atenção e/ou dos serviços ofertados por cada uma delas aliviará ou sobrecarregará os encargos das demais. Nesse sentido, é comum que, em contextos de acentuada exclusão social, as instituições públicas que se fazem presentes acabam por absorver demandas outras que estariam fora de seu escopo. Uma escola ou uma creche muitas vezes são o único “vestígio” de serviço público em uma comunidade, o que gera uma sobrecarga de atribuições que são dirigidas pelas comunidades do seu entorno, tornando-se uma referência para a população.

Portanto, uma creche pode “beneficiar” não apenas crianças e familiares, mas também toda a comunidade mais ampla em que estes se inserem. Aqui a creche pode desempenhar um papel complexo, pois ao mesmo tempo em que surge como alternativa às necessidades das mães trabalhadoras, pode ser vista como “amenizadora” de uma série de questões sociais mais amplas que afetam as famílias ao seu redor. Em muitos casos, como retrata Moreira e Lordelo (2002), a creche, quando situada em ambientes de extrema pobreza, se torna o único espaço onde questões relacionadas ao uso de drogas, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, violência doméstica e cuidados com as crianças são discutidas.

Dessa forma, a depender do contexto social no qual a creche esteja situada, ela pode desempenhar funções que estão para além do cuidado e da educação das crianças. E essa premissa se sustenta em dois pilares complementares. O primeiro diz respeito à situação socioeconômica das famílias usuárias de creche (a maioria é pobre e conta apenas com a renda de um dos membros, sua renda não ultrapassa a soma de dois salários mínimos). E, o segundo, a concepção que estas famílias possuem acerca do papel das creches (a creche é vista, na maioria das vezes, por estas famílias apenas como espaço de guarda e de cuidado de crianças enquanto sua mãe trabalha). Como elo entre estas duas perspectivas se situa o Estado, desempenhando o papel de mediador entre as funções das creches e as necessidades das famílias usuárias dos serviços oferecidos por esta instituição.

Diante dessas questões, qualquer tipo de análise que se proponha realizar sobre o papel social das creches públicas deve ter como ponto de partida a compreensão da relação estabelecida entre o Estado, a instituição educacional e a comunidade, principalmente quando a análise pretende apontar as possíveis contribuições das creches às famílias residentes em ambientes urbanos pobres.

A tríade acima mencionada é marcada por antagonismos e complexidades, na medida em que as creches públicas situadas em ambientes pobres, ao mesmo tempo em que legitimam o poder do Estado através de sua função específica (oferecer educação e cuidado às crianças), sobrepõem funções próprias, que neste contexto específico, quando a demanda é atendida mesmo precariamente concorre para enfraquecer a pressão sobre o poder público, que passa a ficar numa situação confortável, enquanto a creche passa a ter uma overdose de demandas para as quais não deve e nem tem condição de atender. A creche passa a desempenhar papéis para os quais sua estrutura (física e humana) não foi preparada.

Hoje, questões relacionadas à violência, fome, drogas, também têm ocupado lugar nos espaços das creches. Isto porque, no momento em que as creches recebem as crianças, trazem para dentro do seu espaço os problemas sociais das crianças, de suas famílias e de todo seu contexto.

Tal fato contribui para que as demandas não atendidas pelos programas de bem-estar social da criança façam parte do papel da creche, pois o que se nota é que ela, na medida em que atende estas crianças, acaba beneficiando, ainda que de modo indireto, todo o contexto social destes sujeitos. Vale ressaltar, essas questões não fazem parte do papel formal da creche. Elas “invadem” a creche que passa, no contexto de exclusão e através de uma rede de mecanismos, a ser o Estado e, assim sendo, a ser a instância à qual são endereçadas todas as demandas sociais. É com base nesta idéia que o Estado consegue minimizar sua responsabilidade, uma vez que, através de sua “mão invisível” (representada pelas creches), apresenta medidas paliativas à sociedade.

O assistencialismo realizado pelas creches públicas é uma das bases da reprodução social do Estado no que diz respeito à sua relação com as redes de proteção social para a infância. Cotidianamente, se percebem imbricados a esta ação, jogos de poder que garantem vantagens ao Estado, através do uso da creche enquanto instituição de ajuda aos pobres.

É neste momento que a creche, ao aceitar a incumbência de demandas alheias à sua atribuição formal, prestando serviços de assistência às famílias, para os quais a sua estrutura física e humana não foi preparada, se desvirtua das suas atribuições sócio-educativas e se configura enquanto instituição reprodutora de desigualdades sociais, e nesse sentido vai se distanciando dos pressupostos educacionais, conforme menciona a constituição nacional. “É dever do Estado garantir o atendimento em creches e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos.” (Carta Constitucional de 1988, artigo 208, inciso IV).

Assim, as ações sociais que deveriam ser direcionadas para promover um desenvolvimento pleno (cognitivo, emocional e social) das crianças inseridas no espaço das creches, bem como a elevação da qualidade de vida de suas famílias, tornam-se, muitas vezes, não mais do que apenas atenuadores dos antagonismos e desigualdades sociais, através de medidas paliativas à resolução dos problemas graves que afetam estas famílias.

A plena assunção de funções assistenciais contribui para que as famílias das crianças atendidas pelas creches deixem de perceber as obrigações do Estado em relação à garantia da educação e de outros direitos sociais, e concomitante a isto, não reclamem por efetivas interferências do poder público na resolução dos graves problemas sociais que sofrem. A reprodução das desigualdades sociais neste momento torna-se claramente explicitada.

De fato, esta reprodução parte da não eficácia de um conjunto de papéis que deveriam ser desenvolvidos pelo Estado e da forma como este cria e implementa as políticas públicas voltadas à redução da pobreza. Estas políticas estão alicerçadas na crença da educação como ferramenta capaz de elevar a qualidade de vida, não só no que diz respeito aos aspectos sociais, mas também econômicos.

As creches públicas se constituem dentro dessa problemática como aparelho do Estado, no que diz respeito à manutenção do *status quo*, limitando a transformação da ordem social vigente, uma vez que os fatores pedagógicos cedem lugar aos puramente assistenciais, como é evidenciado por Lefevre (1994, p.58).

O assim chamado "componente pedagógico" - que mais apropriadamente poderíamos chamar de "componente de promoção do desenvolvimento" - da atividade das creches, sobretudo daquelas que atingem as populações dos estratos sociais mais subalternizados, tende a ser colocado num segundo plano,

tanto na prática de trabalho quanto no imaginário da população e dos próprios funcionários.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho originou-se de um estudo monográfico apresentado ao departamento de educação da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em educação e pluralidade sócio-cultural. Apropria-se de estratégias combinadas de abordagens qualitativa e quantitativa, com o intuito de perceber qual o papel que uma creche pública, situada em ambiente de exclusão social, pode desempenhar na vida das famílias usuárias de seus serviços.

O enfoque metodológico da presente pesquisa está alicerçado numa perspectiva de base qualitativa de inspiração etnográfica, fundamentada na análise e interpretação do universo de significações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos envolvidos no processo investigativo.

O trabalho foi realizado com membros de 13 famílias usuárias dos serviços de uma creche situada na periferia da cidade de Salvador (Bahia), 10 educadoras que atuam diretamente com as crianças e a gerenciadora da creche. No entanto, foi analisado o perfil socioeconômico de 117 famílias com filhos matriculados e frequentando a creche referida na pesquisa.

A coleta de dados foi realizada durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2006, período em que foram realizados 40 momentos de visitas, valendo ressaltar que cada um destes corresponde a 1 turno de atividade dentro da creche. Os métodos utilizados para a coleta, análise e tratamento dos dados obtidos estão alicerçados nas três tarefas centrais da investigação etnográfica: a observação participante, a entrevista e a análise do conteúdo.

A observação ofereceu subsídios para avaliar a qualidade do atendimento prestado às crianças. Para tanto, foi observada a forma como as crianças eram recebidas e entregues aos responsáveis; o modo de preparo dos alimentos; o cardápio seguido pela creche; a qualidade e o estado de conservação dos recursos materiais (mobiliários e materiais didáticos), as instalações físicas, bem como a atuação de cada educadora.

Foi feita, ainda, uma coleta de dados sobre os atores (gestores, educadores, crianças e familiares) e seus cenários de atuação. Todos os dados coletados foram registrados em um diário de campo. Além disso, a fotografia e as gravações de conversas foram importantes suportes para captar a realidade de forma contextualizada, haja vista a variedade de fontes de informações disponíveis no ambiente.

Com relação à entrevista, utilizou-se a do tipo semi-estruturada. As entrevistas foram realizadas com a gerenciadora da instituição, as educadoras e mães e pais usuários da creche. Para todos os sujeitos procurou-se saber o que eles pensam sobre a função e importância da creche.

Entre os pais e mães procurou-se averiguar, através das entrevistas, o grau de satisfação dos serviços oferecidos pela creche, as concepções sobre os benefícios adquiridos com a permanência do filho na creche e como ocorre a relação estabelecida entre as famílias da comunidade e o corpo profissional da creche.

O PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA

A maioria das mães usuárias dos serviços da creche possui apenas o ensino fundamental incompleto, totalizando 52% de uma amostra de 117 famílias analisadas. As tarefas desempenhadas por estas famílias exigem pouca qualificação, tais como: empregada doméstica,

babá, vendedor(a) ambulante, vigia, pedreiro e manicure. Estas atividades são exercidas em condições precárias no que diz respeito aos direitos trabalhistas, pois a maioria é exercida de maneira informal. São raros os casos de mães e pais que possuem registro em carteira. No que diz respeito à renda destas famílias, a maioria recebe entre 1 a ½ meio salário mínimo.

Em se tratando das estruturas das famílias, a análise dos dados aponta, em muitos casos, para os padrões da família nuclear entendida, composta por pai e mãe, e em muitos casos avós. No entanto, os dados direcionados à situação matrimonial das famílias mostram que existem alguns “arranjos” familiares, pontuados por estas famílias como “outros”, que são explicados pela gerenciadora da creche como as mães que estão namorando e que têm “vida livre”.

O cruzamento destes dados sugere que as estruturas familiares podem ser mais complexas do que poderiam aparentar à primeira vista. Um percentual de 45% de vínculos não-convencionais obriga a pesquisadora a atentar para a possibilidade de múltiplas estruturas de vida em família presentes na comunidade

O PERFIL DAS EDUCADORAS

Sobre o perfil das funcionárias das creches, vale ressaltar algumas especificidades. A maioria das educadoras possui mais de 40 anos de idade, sendo que apenas uma possui menos de 30 anos. Em relação ao tempo de experiência de trabalho em creche, essas profissionais mostram-se bastante conhecedoras da dinâmica de uma creche, pois apenas três delas atuam há menos de sete anos em creches, enquanto que outras três já trabalham há mais de treze anos. No entanto, estes anos de experiência nem sempre estão ligados exclusivamente ao trabalho como docente, pois existe dentro da instituição um remanejamento muito grande de funções.

Quanto ao grau de escolaridade das educadoras (das 10 educadoras da amostra, 3 possuem o ensino fundamental completo; 3 não concluíram o ensino fundamental; 1 ainda cursa o ensino médio e apenas 3 possuem o ensino médio completo, sendo que destas apenas 1 tem formação em magistério), nota-se que elas possuem experiência apenas no que diz respeito às atividades direcionadas aos cuidados, como banho, servir alimentação. As atividades pedagógicas, por conseguinte, ficam em segundo ou terceiro planos.

Vale pontuar que o baixo grau de escolaridade destas educadoras é condizente com o que os diversos estudos na área já vêm retratando há algum tempo (CAMPOS, 1994; ROSEMBERG, 2000): o quadro de funcionários das creches é composto em sua maioria por mulheres, negras, incluindo pretas e pardas, com baixo níveis de remuneração e de escolarização.

Por considerar o cuidado e a educação como categorias intrinsecamente ligadas, no que diz respeito ao atendimento às crianças nos espaços de creche, procurou-se investigar como estas categorias são vistas pelos profissionais que atuam na instituição, pelas mães e pais usuários dos serviços prestados pela creche.

Em se tratando das educadoras, primeiro procurou-se apreender o que elas entendem sobre o que é cuidar, o que significa cuidar do filho de outra pessoa e posteriormente como vêm a relação entre cuidar e educar dentro do espaço da creche. O mesmo procedimento foi adotado em relação à gerenciadora da creche. Já para as famílias procurou-se descobrir, através da análise dos questionários, bem como nos momentos das entrevistas, como estas vêm o cuidado e a educação dentro do espaço da creche. Também se analisou se estas famílias consideram que

existe uma dicotomia entre as categorias acima mencionadas, mediante os aspectos que as crianças levam da creche para casa.

A análise dos depoimentos mostrou, no caso das educadoras, que o “cuidado” está relacionado com o atendimento das necessidades das crianças com o intuito de lhes proporcionar bem-estar físico e emocional. As entrevistadas mencionaram o banho, a alimentação e o carinho como as necessidades mais relevantes em relação aos cuidados das crianças pequenas:

“Cuidar é dar carinho, atenção. Uns precisam de mais atenção do que outros. Eu acho que eu faço bem o educar, mas o ensinar eu sinto dificuldade. Faço bem o meu papel, educo, dou carinho [...]”. (educadora).

O depoimento desta educadora é esclarecedor em relação a como não é fácil separar educação e cuidado no trabalho com crianças, além de revelar em que pólo sua atuação se situa. Educar e ensinar parecem coisas distintas. Depreende-se desse depoimento que educar estaria relacionado aos “bons modos”, como saber comer, sentar, respeitar os colegas, mais próximo da idéia de cuidado. Por outro lado, ensinar diria respeito ao ensino sistematizado de conteúdos específicos.

Em se tratando dos aspectos relacionados ao cuidado, foi possível verificar que as educadoras apresentam aspectos convergentes e divergentes para esta categoria.

“Cuidar pra mim é ajudar da melhor maneira possível, dando amor, carinho e dedicação. Talvez eles não encontrem isto em casa e encontre mais na creche, pra mim a creche é a casa deles.” (educadora).

Há nesta opinião um indício de que há não uma noção de creche como espaço público, mas como extensão do mundo privado: a casa. Nesse caso, sem a noção de espaço público não há lugar para a noção de direito.

Mais uma vez emerge a questão de que o cuidado atribuído às crianças está atrelado aos cuidados maternos. Isto contribui para o distanciamento do pedagógico e para a aproximação com os aspectos assistencialistas.

Muitos fatores contribuem para que a creche em questão se aproxime mais dos aspectos assistencialistas. Um deles, que merece ser pontuado, é a ausência do Estado, que não garante o cumprimento do direito da criança à creche, à educação infantil de qualidade. Soma-se a isto a condição de pobreza em que vivem muitas famílias dos usuários dos serviços da creche, que devido ao seu baixo nível de renda, não garantem, de modo satisfatório, as condições de desenvolvimento aos seus filhos, inclusive no que diz respeito à alimentação, cuidados médicos e segurança. Outro fator diz respeito à composição do corpo de docentes e às limitações de formação e assessoramento pedagógico.

RESULTADOS

Levando em consideração o caráter qualitativo e etnográfico da pesquisa, se faz necessário aprofundar a compreensão dos significados atribuídos pelos participantes da pesquisa em relação ao contexto investigado. Alguns dados quantitativos também serviram de apoio para um entendimento mais aprofundado das muitas observações e depoimentos coletados.

Os significados atribuídos à creche, sejam pelas famílias, educadoras ou gerenciadoras, dizem respeito à forma como estes sujeitos pensam a função e os serviços desenvolvidos por esta instituição, bem como a visão que possuem sobre seus próprios papéis no contexto.

A maioria das mães pontua a possibilidade de trabalhar como o principal ganho adquirido com a permanência da criança na creche. Depois vem o apoio em relação à alimentação, seguido da segurança e da educação.

As respostas, quando vistas sob a ótica político-social do contexto que está inserida a instituição, revelam que as funções desempenhadas por creches situadas em ambientes urbanos pobres ultrapassam os limites educacionais e ganham significados em questões que vão muito além do âmbito educacional ou pedagógico, mais especificamente.

“A função da creche pra mim é ajudar verdadeiramente as mães que precisam, para dar o melhor a seus filhos” (mãe, 36 anos).

“Eu tinha que trabalhar e não tinha com quem deixar, agora tá bem segura aqui” (mãe, 35 anos).

A creche é uma ajuda para as mães que não tem como alimentar seus filhos. Ficam num ambiente melhor para seus filhos, às vezes as casas só tem um cômodo e aqui não [...] Aqui meu filho tem segurança, pois está bem guardado e fico tranqüila para trabalhar e com a alimentação (mãe, 28 anos).

Nos relatos acima, transparece outro tipo de benefício mencionado por estas famílias. Está relacionado à situação de extrema pobreza, que é o da alimentação. Com base nisto, são muitas as mães que apontam a questão do cuidado e da alimentação como um importante ganho. A falta de alimento, a precariedade das casas e a falta de dinheiro para garantir os serviços de saúde motivam as famílias a procurarem vagas nas creches públicas.

Infere-se que, segundo as concepções das famílias entrevistadas, a inserção da criança na creche contribui para a redução de vários problemas sociais, assim a creche, mais uma vez, é vista como ferramenta de promoção social.

As falas destacam a idéia de que a creche desempenha papéis que fogem do foco educacional, no sentido mais propriamente pedagógico-escolar do termo, pois desempenha determinadas funções de acordo com as necessidades que são colocadas pelo público que atende. Passa a ser um espaço de fornecimento de serviços relacionados à saúde, alimentação e segurança. Assim, a valorização que é atribuída à creche está diretamente relacionada a estas demandas mais imediatas das famílias, como reforça uma mãe:

“A creche significa pra mim: em matéria de trabalho eu não tinha com quem deixar meu filho; outra coisa é que como ele é filho único aqui serve também para ele se socializar. E para a comunidade ela é uma boa ajuda porque a maioria são mães solteiras e possuem dificuldades, não têm condição financeira de pagar e então deixando na creche sai mais tranqüila” (mãe, 20 anos).

Dessa maneira, ao analisarmos os significados que as creches desempenham nos ambientes urbanos pobres e nos debruçarmos sobre os múltiplos papéis que elas desempenham é possível perceber que estas instituições têm um impacto muito significativo dentro do contexto em que estão situadas, pois suas contribuições vão além da educação.

Os dados que estão sendo apresentados ratificam o que estudos anteriores (HADDAD, 1987, 1997; MOREIRA & LORDELO, 2002; OLIVEIRA, 1992, 1994) já haviam mencionado quanto ao sentimento que é estabelecido na relação comunidade/creche. Há na comunidade em questão um sentimento de gratidão por parte das famílias em relação à creche. Assim, a visão que estas mães possuem é altamente positiva. A creche é mencionada quase unanimemente como um ótimo espaço para a criança.

Em muitos depoimentos de educadoras, o que se percebe é uma aproximação muito grande com a visão das famílias quanto ao significado da creche no contexto. Para as

educadoras, os principais motivos que levam as famílias a procurarem uma vaga na creche para seus filhos (as) se resumem à grande necessidade das mães terem de trabalhar e, concomitante a isto, à possibilidade da criança receber uma boa alimentação. Quando interrogadas sobre qual a importância da creche para estas famílias, uma educadora relata que:

A importância da creche pra mim é que os pais não podiam trabalhar e, às vezes, as crianças passam vida difícil com alimentação. Uns não têm o que comer. Aqui tá bem alimentado e aprende também. Aqui tá mais seguro do que a mãe pagar uma pessoa em casa. Pra que melhor? (educadora)

No entanto, na visão das educadoras sobre a creche, se misturam referências do próprio sentido do trabalho que desempenham e do significado social dele. Não é difícil notar que, na opinião de algumas educadoras em relação à função da creche, esta mistura-se à sua própria função enquanto profissional atuante em creche. Quando solicitada a explicar sobre o assunto, uma educadora pontuou:

“Para mim a creche é meu ganha-pão, mas também a maneira de ajudar as pessoas que precisam de auxílio e para as mães que precisam trabalhar na rua, pois muitas não têm a condição de pagar quem tome conta dos seus filhos.”(educadora).

As opiniões dessas educadoras apresentam positivities ao trazer à tona os benefícios para as crianças, mas acabam sendo reducionistas, uma vez que restringem os ganhos das crianças apenas aos aspectos assistenciais. Não apresentam outras funções como propiciar aprendizagens de conteúdos pedagógicos, interações ou mesmo favorecer o lazer. Observa-se, também, que as educadoras reportam-se aos benefícios que a creche oferece às crianças relacionando-os com as necessidades sociais e econômicas das famílias.

A creche estudada apresenta algumas características singulares, quando comparada a outras creches públicas da cidade de Salvador, conforme esta pesquisadora pode identificar em outra pesquisa de maior alcance realizada pela UNEB e pela SETRAS, nos anos de 2004 e 2005. A pouca participação das educadoras nas decisões político-pedagógicas, o distanciamento entre famílias e educadoras, a centralização das decisões, quanto à gestão da instituição, a quase ausência de orientação pedagógica, a boa infra-estrutura física da instituição, são marcas da instituição investigada.

No entanto, existem outros fatores que ultrapassam estes aspectos mais visíveis, mas que são de grande relevância para se compreender a vida na instituição. Entre as demandas da comunidade e as práticas do interior da creche, existem valores e representações que mediam todos os acontecimentos, externos e internos, que subjazem o contexto da creche. Depreende-se, então, que a reprodução se dá por múltiplos vieses. Tanto na relação mais direta entre instituição, educadores e crianças, na disciplinarização dos corpos, na rotina quase “industrial”, de “linha de produção” no cumprimento da rotina, que esvazia a possibilidade de oferecer uma formação pedagógica mais consistente às crianças, quanto na relação ao mesmo tempo de tutela e vigilância da gestora em relação aos pais.

Nas ações da gestão, a centralização e a tutela são marcas de destaque nas relações entre os serviços oferecidos pela creche às famílias, mas contraditoriamente ao que mostra a literatura nacional (Haddad, 1987,1991; Oliveira, Mello, Vitória e Rossetti-Ferreira, 1991; Chaguri, 1998; Mello, 1998.), que a relação entre creche e família é na maioria das vezes conflituosa, existe uma admiração exacerbada da comunidade em relação à creche e, mais especificamente, em relação à gerenciadora. Esta é vista como “mãezona”, pois marca consultas, consegue cestas básicas e oferece apoio social e moral às famílias.

Nas avaliações positivas das famílias quanto aos serviços oferecidos pela creche, muitas foram as famílias que pontuaram a guarda de seus filhos (as) como um dos principais serviços oferecidos pela instituição. Isto porque são muitos os problemas de violência que afetam a comunidade.

Infere-se a partir do contexto em que a pesquisa foi realizada, que quanto mais pobre é a comunidade que a creche está localizada e, conseqüentemente, as famílias, mais estas tendem a se tornarem dependentes da creche e dos serviços que esta instituição lhe oferece, principalmente os que fogem do âmbito educacional, como por exemplo, fornecimento de cestas básicas, encaminhamento de pais à vara de justiça, fornecimento às mães de guias médicas para realizarem ligadura de trompas etc. Por conta destes serviços, estas famílias acabam criando um sentimento de gratidão em relação “às creches”, por um lado, e por outro contribui para que a creche despolitize a questão das suas limitações, fazendo com que as famílias não reclamem seus direitos diante do poder público e não reivindiquem outro tipo de educação.

Na ausência de acompanhamento pedagógico efetivo dentro da creche, as educadoras acabam por desenvolver mais os aspectos voltados ao assistencial (cuidados), contribuindo para que a instituição seja vista pelas famílias apenas como espaço de cuidados e não como centro de educação infantil.

As discussões aqui apresentadas mostram que, a depender das condições socioeconômicas da comunidade que a creche esteja situada, esta instituição pode desempenhar uma série de papéis que estão para além do âmbito da educação e cuidado da criança. São as funções de caráter assistencialistas que são prestadas às famílias. Diante destas funções a creche assume um duplo papel, pois ao mesmo tempo em que atua como ferramenta de promoção social, despolitiza a população através do modo como desempenha os papéis que estão fora do seu escopo. Neste momento é visível a atuação do Estado, o qual desempenha o papel de mediador entre a creche e as famílias.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, M. M. M. **Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil**. In: MEC/SEF/DPEF/COEDI. (Org.). Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1994, v., p. 32-42.

_____. ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. (Org.) **Creches e Pré- escola no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

CERISARA, A. B.. **Referencial Curricular nacional para educação infantil no contexto das reformas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 329-348, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: DF: Senado, 1988.

HADDAD, L. **Educação infantil no Brasil**: refletindo sobre as dimensões do cuidado, educação e socialização das crianças. S.l., 1997. [Trabalho apresentado na 20ª Reunião Anual da ANPED].

_____. **A creche em busca de sua identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **A relação creche-família**: relato de uma experiência. Cadernos de Pesquisa, São Paulo – SP, n. 60, 70-78, 1987

KRAMER, Sonia (coord.) **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil.** São Paulo, Ática, 1991.

_____. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.

LEFEVRE, F. **A Importância da Creche Para a Inserção da Criança na Cultura.** Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano: São Paulo, v. 4, n. 2, p. 57-59, 1994.

MOREIRA & LORDELO. **Creche em ambiente urbano pobre: ressonâncias no ecossistema desenvolvimental.** Revista Interação em Psicologia, jan/jun. 2002, p.19-30.

MOSS, Peter, Reconceitualizando a Infância: Crianças, Instituições e Profissionais. In: Machado, Maria Lucia A. (Org.). **Encontros e desencontros.** 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 235-248.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil, Gênero e Raça. In: Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo (Org.). **Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, p. 127-164.

_____. Do embate para o debate: educação e assistência na educação infantil. In: Machado, Maria Lucia A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil.** 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 63-78.

_____. **Creches.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. CAMPOS M. M. M. (Org.) **Creches e Pré-escola no hemisfério Norte.** São Paulo: Cortez, 1994.

_____. et al. **Creches e Pré-escola.** São Paulo: Nobel, 1985.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; RAMON, F.; SILVA, A. P. S. **Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento.** In Cadernos de Pesquisa, n.115, p.65-100, mar. 2002.

KULMMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** 2. ed. Porto Alegre, 1998.

_____. **Histórias da educação infantil brasileira.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo, v. 14, p. 5-18, 2000.

_____. **Trajetórias das concepções de educação infantil.** In: Congresso Brasileiro de Educação Infantil, 14, 2002, Campo Grande. Anais do 14o. Congresso Brasileiro de Educação Infantil. Campo Grande: Megasoft, 2002, p. 1-14.

MOREIRA, Lúcia de C. & LORDELO, Eulina da R. **Creche em ambiente urbano pobre: ressonâncias no ecossistema desenvolvimental.** Revista Interação em Psicologia, jan/jun. 2002, p.19-30.